

FOLHETIM

X DE MAIO

Jornal do Centro Acadêmico XI de Maio
Faculdade de Direito
Universidade Federal de Goiás
Goiânia - GO

Ano II - nº 4
Junho de 2018

MAIS DE TRÊS MESES DEPOIS E AINDA NÃO SABEMOS

QUEM MATOU MARIELLE FRANCO



MARIELLE PRESENTE

A ausência dessa resposta, até o fechamento desta edição, nos causa perplexidade e angústia. Enquanto isso, o Centro Acadêmico XI de Maio traz as antropólogas cariocas Jacqueline Muniz e Ana Paula Miranda para desvendar as reais intenções da intervenção federal do Rio de Janeiro, junto ao secretário de governo Ricardo Bales-treri [p.16]

DROGAS E CRIMINALIDADE

Sérgio Shecaira, um dos maiores criminólogos do Brasil, lança livro na Faculdade de Direito e faz palestra franca sobre experiências de descriminalização de drogas pelo mundo e a realidade proibitiva brasileira [p. 8]

120 ANOS DA FACULDADE DE DIREITO

Faculdade de Direito da UFG prepara evento comemorativo dos seus 120 anos, entre os dias 13 e 15 de agosto, com destaque para a reflexão da importância do ensino jurídico na construção de uma sociedade democrática. Confira quem serão os palestrantes [p. 6]

FOLHETIM XI DE MAIO

Ano II - Nº 4, Junho de 2018

CONTATO

falecomfolhetim@gmail.com

EQUIPE EDITORIAL

Arthur Santana

José Nilson Trajano

Julia Dutra

Laís Cruvinel

Lídia Nercessian

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lídia Nercessian

CENTRO ACADÊMICO XI DE MAIO GESTÃO MAIS BONITA DA CIDADE

Coordenadoras: **Luciana Oliveira e Ludmila Rosa** | Secretário Geral: **Lucas Cardoso** | Tesouraria: **Isadora Martins e Lauro Junior** | Relações Públicas: **Débora Nunes, Julia Dutra e Lucas Freitas** | Culturais e Políticos: **José Nilson Trajano, Pedro Henrique Melo, Pedro Wilson Romualdo e Túlio Martins** | Comunicação: **Laís Cruvinel e Lídia Nercessian** | Patrimônio: **Júlia Vasconcelos, Julice Lopes e Luana de Assis** | Eventos: **Arthur Santana, Gabriel Linhares, Laura Campos, Matheus Correia, Murilo Alves e Victória Gramacho** | Esportes: **Fernando Caixeta e Leomar Wainne**
<http://caxim.direito.ufg.br>



REITOR: Edward Madureira Brasil VICE-REITORA: Sandramara Chaves

DIRETORA DA FACULDADE DE DIREITO: Bartira Macedo de Miranda VICE-DIRETOR: Saulo Pinto Coelho

www.direito.ufg.br

Praça Universitária, s/nº, Setor Universitário, Faculdade de Direito da UFG, Goiânia - Goiás CEP: 74.605-220

Impressão: Stylo Gráfica
Tiragem: 2.800 exemplares

EDITORIAL

Compartilhar ou A Rica Experiência Universitária

A experiência universitária é muito rica. A universidade é o local fértil para uma infinidade de crescimentos: pessoal, profissional, social. E esta em particular em que estudamos, a Faculdade de Direito da UFG, apesar de ainda ser marcada por alguns episódios de violência institucional e simbólica, tem sido local de debates, palestras e **conversas progressistas e enriquecedoras**. Só nos últimos três meses recebemos estudiosos de destaque para discutir temas relevantes no cenário do Direito, da política e da atualidade: de segurança pública à inclusão e permanência universitárias.

Por isso, motivados pela carta de compromissos da chapa Mais Bonita da Cidade durante as eleições do Centro Acadêmico para este ano de 2018, reativamos o Folhetim XI de Maio, canal de expressão dos alunos e professores desta Casa com os colegas e com a comunidade. E para além disso, o jornal serve para que profissionais, discentes de outras faculdades e a sociedade em geral conheçam melhor esta unidade acadêmica - os seus pontos positivos e negativos, que vão desde a produção de um saber jurídico inovador e por vezes revolucionário à necessidade de estudantes se manifestarem contra discursos de ódio rabiscados na faculdade. O jornal exerce, pois, a função de **dar publicidade às palestras acadêmicas havidas nesta Casa**, aumentando o raio de ação dos elevados debates da casa, bem como a de divulgar algumas das atividades aqui desenvolvidas.

O conteúdo dos textos é de responsabilidade de seus autores, não expressando necessariamente a posição dos editores do Folhetim.

Não por acaso, a expressiva maioria dos eventos ocorridos nesta Faculdade são abertos ao público. São todos bem-vindos a esta casa pública, mantida com verba pública e que tem o dever de dar respostas à sociedade para seus problemas ou, ao menos, apontar caminhos. Por isso, o diálogo entre o meio acadêmico, o poder público e a sociedade deve ser sempre aberto e fluido.

A cada edição, são propostos temas sobre os quais alunos, mas também professores e a sociedade possam discorrer. Também contemplamos pelo menos **dois porta-vozes de grupos de extensão da Faculdade**, que desempenham a nobilíssima função de prestar algum serviço à sociedade.

Na edição passada, escreveram representantes do GECA (Grupo de Estudos sobre a Causa Animal) e das Promotoras Legais Populares; nesta edição, é a vez do Najup, mais antigo grupo de extensão da FD-UFG, e da Bateria Mafiosa, recentemente registrada como extensão, apresentarem um pouco de suas ideias e atividades. É como sempre procuramos ressaltar, a universidade sem o tripé da pesquisa, extensão e ensino é bamba, é vazia.

Aproveitem, leiam, discutam, comentem as matérias. Depois de ler esse jornal, caso não queira guardá-lo, não o jogue fora: deixe-o em algum local público para que outra pessoa possa lê-lo. Informação (checada!) e conhecimento se compartilha!

Equipe Editorial Folhetim XI de Maio

As edições anteriores você pode conferir na página caxim.direito.ufg.br (aba Folhetim XI de Maio).

REALIZAÇÃO



CENTRO ACADÊMICO XI DE MAIO

fb.com/caximFD [@caxim.ufg](https://www.instagram.com/caxim.ufg)

APOIO



fb.com/oabgoias



fb.com/adufgsindicato

A impressão do Folhetim foi custeada com recursos da **OAB Goiás**, um investimento de **R\$ 2.982,00** no fomento ao debate jurídico na academia e também um incentivo à liberdade de expressão e ao espírito democrático dos alunos do **Direito na Universidade Federal de Goiás**.



Cadastro de Presos (edição nº 3)

“Lídia, parabéns pelo artigo no Folhetim XI de Maio. Falo com tranquilidade pois Ciências Criminais são minha área. Lucidez e excelente redação - infelizmente - MUITO raras nos estudantes de Direito hoje. Distribuímos todas os 100 exemplares a ex-alunos. Muitos elogios!”

Henrique Paniago - advogado, egresso da UFG

Primeiras Impressões ou Existe Amor na Éfi Dê (edição nº 3)

“A entrada em uma IES é sempre uma quebra de paradigma. Ao ler as “Primeiras impressões” me lembrei de como essa transformação atinge as pessoas de forma tão diversa. Apesar da forma singela do relato, ele mostra a força da mudança que opera em todos que entram nesse novo mundo. Mais que saber se existe amor na FD, o artigo mostrou

uma visão de alguém que experimenta novas experiências e, ao final, acaba por se tornar um ser diferente. Excelente artigo. Parabéns.”

Willian Rabelo – graduando em Direito (UFG)

Relançamento do Folhetim

É com muita alegria que venho deixar meus agradecimentos ao Centro Acadêmico XI de Maio e à Equipe Editorial que, juntos, nos entregaram uma das melhores notícias do ano: a reativação do Folhetim XI de Maio. Apesar das dificuldades, é notável que a Vetusta tem sido bem gerida. Os fatos falam por si. Inauguramos o ano letivo com a Conferência Magna de Lênio Streck, tendo sido agraciados pelo brilhante jurista em nosso Salão Nobre que não comportou o número de interessados, o que já era esperado, uma vez que o diálogo do Direito com a filosofia, a moral e a política geram uma análise bem instigante ao acadêmico de Direito. Na primeira edição já foi possível notar um

veículo informativo organizado e preocupado em resumir atividades realizadas na FD, uma oportunidade àqueles que não puderam comparecer, mas que desejam se inteirar dos fatos. Além disso, as matérias demonstram preocupação com questões sociais, como foi o caso das matérias sobre o sistema carcerário brasileiro e outras com temas de relevância e repercussão jurídica. A mudança de nome de transgêneros e a intervenção federal do Rio de Janeiro são outros exemplos. Também foi bem agradável e divertida a leitura da crônica e do Horóscopo Jurídico, finalizando com a tirinha super motivadora da talentosa desenhista.

Este retorno foi, deveras, fruto de boa vontade, criatividade e ousadia. Meu super obrigada!

Nayanne Morais – graduanda em Direito (UFG)



Para encaminhar seu comentário a algum texto do Folhetim, envie para falecomfolhetim@gmail.com

Relançamento do jornal Folhetim XI de Maio movimenta a faculdade

Na tarde do dia 27 de março de 2018, pacotes com exemplares recém retirados da Stylo Gráfica da edição nº 3 de relançamento do Folhetim XI de Maio foram distribuídos aos professores, discentes, servidores e visitantes da Faculdade de Direito da UFG. Para celebrar o momento, o Caxim disponibilizou caixa de som, microfone e violão no 1º andar e distribuiu sorvete aos presentes. Pôde-se ouvir aquele burburinho bom das pessoas curiosas folheando o jornal e comentando as matérias e artigos do periódico.

Para escrever para o jornal, basta ficar atento aos temas que serão disponibilizados pela Comissão Editorial no site do Caxim e na página do Folhetim no Facebook (www.fb.com/folhetim.xidemaio).

O jornal atualmente é produzido pelo Centro Acadêmico XI de Maio da Faculdade de Direito da UFG - gestão 2018 - Mais Bonita da Cidade.





Diálogo com a antropologia é imprescindível para o Direito, destaca Procurador Wilson Rocha em aula magna

No dia 15 de março, o Procurador da República Wilson Rocha foi o convidado para ministrar a aula magna do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos (NDH) da UFG e compartilhou algumas de suas experiências no campo da defesa dos direitos humanos no Ministério Público Federal.

Foto: Marcela Pires



Rocha tocou em difíceis e centrais temas, com destaque para a atuação policial e a situação indígena. Vale lembrar que ambas as questões estão entre as atribuições constitucionais do órgão. Para entender esta última questão, o Procurador, que também é sócio proprietário da Livraria e Editora Palavrear, ressaltou a imprescindibilidade de se fazer um diálogo e estudo incessante da antropologia, já que o Direito, sozinho, não fornece as respostas necessárias.

Além, é claro, da necessidade de se olhar para a História. E nos lembra: Direito não é somente aquilo que emana do Estado. A seguir, confira alguns trechos que da palestra:

“A questão indígena é um problema teórico para o Direito porque estamos diante de um povo, de uma sociedade, de uma comunidade humana que não tem um Estado que os representa”.

“Por que [a questão indígena] é um problema teórico para o Direito? Porque no Bra-

sil a gente percebe o Direito como a norma que emana do Estado. Os índios não têm um Estado que promulgue normas em nome deles, eles têm um Estado colonial que tomou a terra deles, que ainda hoje mata seus filhos, que ainda não reconhece legitimidade, valor, humanidade nos membros dessa comunidade e não promulga normas que atendam aos seus anseios, anseios humanos que como eu e você temos, e eles têm”.

“A Colômbia talvez seja o país mais avançado nessa questão indígena. No Direito penal indígena deles há penas corporais. E aí, isso viola os direitos humanos? O Direito não dá um passo sem conversar com a Antropologia. A Corte concluiu que a pena aplicada pelo branco violava muito mais a dignidade humana daquela comunidade do que a pena corporal. O cidadão leva as chibatadas, fica dolorido, mas vai pra casa, ficar com sua família, dormir com sua esposa... na prisão, a pessoa passa quatro, cinco anos presa, longe de casa, como vai ser quando ele voltar? A Corte entendeu que [o castigo físico] era constitucional”.

Lídia Nercessian é bacharela em Comunicação Social (USP), graduanda em Direito (UFG) e membro do Caxim e da Equipe Editorial

Você conhece o Núcleo de Prática Jurídica da UFG?

O Núcleo De Prática Jurídica da Faculdade de Direito da UFG, NPJ, tem a função de prover prática aos discentes e atende causas cíveis e penais que tramitam na comarca de Goiânia, não abarcando causas da Justiça Federal nem da Justiça do Trabalho.

Ele está localizado na Faculdade de Direito da UFG, na Praça Universitária, em Goiânia, e aten-

de pessoas que não podem pagar por um advogado e cuja renda familiar seja de até três salários mínimos.

É necessário agendar o atendimento. Para isso, deve-se acessar os seguintes canais de comunicação:

E-mail: npj.fd.ufg@gmail.com

Celular c/ whatsapp: (62) 98310-1378

Site da Faculdade: www.direito.ufg.br



Encontro busca incentivar pesquisa e extensão na Faculdade de Direito

No dia 11 de abril de 2018, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFG, foi realizada a primeira reunião integrada da Coordenação de Pesquisa e da Coordenação de Extensão da FDUFG, com o apoio do CAXIM e da Direção da FDUFG, com a presença do



Participaram do encontro a diretora da FD-UFG, Bartira Miranda, o vice-diretor, Saulo Coelho, o coordenador de Pesquisa, Platon Teixeira, o coordenador de Extensão, Heberon Alcântara, além de representantes do Caxim, e demais professores e alunos interessados

I Encontro de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão da FD premiará melhores trabalhos com notebooks

Como parte integrante da semana comemorativa dos 120 anos da Faculdade de Direito, a unidade de ensino promove, com apoio do FAPEG e do Centro Acadêmico XI de Maio, o I Encontro de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão da FD-UFG, cujo edital encontra-se publicado no site da Faculdade (www.direito.ufg.br). O Encontro será realizado entre os dias 13 e 15 de agosto. As categorias, para participar, são pôster, artigo e resumo expandido que contenha conteúdo teórico ou relato de experiência de extensão. Os primeiros colocados das categorias pôster e artigo serão premiados com um notebook. Fique atento à programação e ao edital e participe!

Magnífico Reitor da UFG, Professor Edward Madureira Brasil.

O encontro teve por objetivo a realização de uma análise do envolvimento do corpo docente e do corpo discente em projetos de pesquisa e extensão, além de planejamento das atividades nas respectivas áreas. Um dos pontos abordados foi a importância da formalização dos projetos de extensão no sistema próprio e a observância dos prazos e das formalidades no que se refere à pesquisa.

No evento, foi noticiada a **atualização do site** da Faculdade de Direito da UFG, onde podem ser encontradas as informações principais acerca dos projetos de pesquisa na FD-UFG, bem como os editais dos órgãos de

fomento e as normas basilares para participação na Iniciação Científica. Em síntese, para ingresso no Programa Institucional de Iniciação Científica, o(a) professor(a) coordenador(a) de um Projeto de Pesquisa deve apresentar um Plano de Trabalho dentro dos prazos previstos nos editais, publicados anualmente e, após, se aprovada a proposta pelos comitês competentes, deve indicar o(a) aluno(a) para a modalidade solicitada, bolsista ou voluntário.

Maiores informações podem ser encontradas no site: www.direito.ufg.br, na seção sobre “Pesquisa”.

Platon Teixeira de Azevedo Neto é professor e coordenador de Pesquisa da FD-UFG

Apoio do Ministério Público do Trabalho

O MPT-GO destinou, na tarde do dia 7/6, na sede do órgão, seis notebooks para a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (FD-UFG). Os equipamentos são provenientes de condenações por descumprimento de obrigações trabalhistas e serão destinados a projetos de pesquisa e extensão da Faculdade. Uma parceria entre as duas instituições deverá ser formalizada em breve para novas destinações. Estiveram presentes na data da entrega membros do Centro Acadêmico XI de Maio, a diretora da FD-UFG, Bartira Miranda, o coordenador de pesquisa da FD-UFG, Platon Teixeira de Azevedo Neto, e

o procurador-chefe do MPT-GO, Tiago Raniery.



Da esquerda para a direita, os membros do Caxim Luana, Matheus, professor Platon, Lucas, Pedro Henrique, o procurador Tiago e a diretora Bartira

Atividade realizada em disciplina de direito processual penal auxilia Delegacia de Polícia de Trindade e garante aprendizado prático para discentes

Nos meses de maio e junho de 2018, a professora Laura Darques, em parceria com o delegado de Polícia Daniel Oliveira, desenvolveram uma atividade de ensino/extensão com os alunos da disciplina de Processo Penal I. A partir da análise de autos de inquéritos policiais provenientes da Delegacia de Polícia de Trindade, os discentes puderam elaborar os respectivos relatórios policiais, entendendo pelo indiciamento ou não dos investigados.

Os relatórios produzidos pelos alunos passam então pela correção tanto pela professora Laura quanto pelo delegado Daniel, que veri-

cam se atendem aos requisitos legais e se estão de acordo com o conhecimento adquirido na disciplina de Processo Penal I. Feitas as correções e adequações, os relatórios policiais são utilizados nos respectivos casos concretos.

Para Manoel Neto, um dos alunos da turma, aliar a teoria à prática jurídica é a melhor forma de aprendizado numa Academia que se fundamenta pela construção do conhecimento. “Ações como estas devem ser a regra e não exceção nas universidades”, ressalta o discente, que completa: “a docente Laura é um exemplo de compromisso com a construção efetiva do conhecimento, bem como de prática pedagógica”.

A atividade, além de aproximar o estudante da prática forense/policial, cumpre com parte relevante do tripé da Universidade Pública: ensino, pesquisa e extensão, ao proporcionar que o aluno utilize o conhecimento adquirido para proporcionar benefícios à comunidade.

A atividade deverá em breve ser registrada como projeto de extensão em parceria com o NPJ, proporcionando, então, a participação de estudantes de outras turmas e períodos do curso de Direito.

Arthur Santana é graduando em Direito (UFG), membro do Caxim e da equipe editorial

Faculdade de Direito da UFG fará reflexão sobre o ensino jurídico com renomados estudiosos em evento comemorativo dos seus 120 anos

Foto: Diógenes Carvalho



Em 13 de agosto de 2018, a Faculdade de Direito estará completando 120 anos, data que marca a instalação do curso jurídico em Goiás. Ao longo de sua história, a Faculdade de Direito da UFG formou os mais destacados profissionais e intelectuais do Direito, que muito contribuíram para a formação das instituições jurídicas em Goiás. Fundada em 1898, a nossa vetusta Faculdade abriga o sexto curso de Direito mais antigo do Brasil, precedido apenas por Recife, São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Ouro Preto.

Entendendo que o momento enseja uma reflexão acerca do ensino jurídico e sua importância para o desenvolvimento das instituições do sistema de justiça e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, bem como para a promoção da cidadania, realizaremos, nos dias 13 a 15 de agosto de 2018, o “IV Congresso da Faculdade de Direito”, com o tema “Os 120 anos da Faculdade de Direito: contributos e desafios ao ensino jurídico do futuro”.

A abertura do evento será no dia 13 de agosto, às 18 horas, no Salão Nobre da Faculdade de Direito. Confira quem serão os palestrantes:

Dra. Raquel Dodge – Procuradora-Geral da República (MPF) - a confirmar
Profa. Dra. Alessandra Silveira – Professora Associada da Escola de Direito da Universidade do Minho (UMinho), Braga/Portugal.
Prof. Dr. Ricardo Marcelo da Fonseca – Reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
Dr. Rogério Schielti Cruz – Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
Fabiano Coelho – Juiz do Trabalho (TRT – 18ª Região).
Tiago Ranieri – Procurador-Chefe do MPT-18ª Região
Rafael Lara Martis – Advogado (OAB-GO)
Prof. Dr. Thomas da Rosa de Bustamante – Coordenador do Programa de Doutorado da UFMG.
Prof. Dr. Alexandre Morais da Rosa - Juiz de Direito (TJSC) e professor da UFSC.
Prof. Dr. Rubens Casara – Juiz de Direito (TJRJ)
Profa. Dra. Aldacy Coutinho – Professora Titular da UFPR
Prof. Dr. Juarez Tavares – Pós-Doutor pela Universidade de Frankfurt am Main (Alemanha - 2004)
Prof. Dr. José Roberto Franco Xavier - Professor da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador da Rede de Pesquisa Empírica em Direito e editor da Revista de Estudos Empíricos em Direito.
Fábio Francisco Esteves - Juiz de Direito (TJDFT) – a confirmar
Profa. Dra. Vera Regina Pereira de Andrade – a confirmar
Samira Bueno – Diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Marina Cerqueira - Presidente do Instituto Baiano de Direito Processual Penal.
Prof. Dr. Jacinto Nelson Coutinho – Professor de Direito Processual Penal da UFPR.
Prof. Dr. Gonçal Mayos Solsona – Professor titular do Departamento de História da Filosofia, Estética e Filosofia da Cultura da Universidade de Barcelona (UB).

Maiores informações sobre o evento, que será aberto à participação de toda a comunidade, podem ser obtidas no site www.direito.ufg.br.

Bartira Miranda é professora e diretora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás

TRANSPARÊNCIA

Aluno, é importante que você saiba o que acontece no Conselho Diretor. O CAXIM mantém dois representantes no CD, que ocorre (quase) todo mês. As pautas vão de deliberação de carga horária de professor a análise de requerimentos de alunos. A partir deste mês, o Centro Acadêmico vai publicar a ata de cada reunião e como votaram todos os membros em cada um dos tópicos no site do Caxim, aba “Conselho Diretor”.

REFORMAS

No dia 19 de abril, a diretora Bartira Miranda e o servidor Fernando Misquelim se reuniram com engenheiros do Setor de Infraestrutura da UFG para tratar das reformas na Faculdade de Direito. O setor fará um levantamento de todas as reformas necessárias para, então, disponibilizar os projetos para a direção da FD. O passo seguinte será buscar recursos necessários.



Faculdade de Direito recebe validador de passagens do Passe Livre Estudantil

Na primeira quinzena de maio, a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás recebeu a instalação de um validador de passagens, com o fito de atender às necessidades dos estudantes beneficiários do Passe Livre Estudantil. A iniciativa partiu do Diretório Central dos Estudantes (DCE) ante as inúmeras solicitações dos alunos que, para realizarem a validação, deslocavam-se longas distâncias. O aparelho foi instalado no subsolo da faculdade, em frente à lanchonete “Panela e Cacau”, na Praça Universitária, em Goiânia.



ACONTECEU NA FD

Semana Acadêmica, Semana XI de Maio e comemoração dos 85 anos do Caxim

#Semana do Calouro

Na semana de recepção dos calouros, como já é praxe, o Caxim organizou palestras com renomados estudiosos e profissionais das ciências humanas, oficinas com grupos de extensão da faculdade, além de cine-debates. Confira nesta página algumas fotos, além da reportagem especial sobre a palestra de abertura, na página 16.

#Semana XI de Maio

Aos 13 de maio de 2018 o Centro Acadêmico XI de Maio, Caxim, completou 85 anos de uma história política ativa e combativa em prol dos direitos não só dos estudantes, mas de toda a sociedade. Para uma comemoração tão importante, entre os dias 07 e 11 de maio, a Faculdade de Direito recebeu diversos convidados para debaterem sobre os mais importantes tópicos atuais do Direito, como Reforma da Previdência, Bitcoins e Blockchain, política de drogas e Tribunal do Júri.

Reconhecendo a importância da arte e da cultura para a formação do cidadão, teve a honra de colaborar, na Semana XI de Maio, para a apresentação do espetáculo teatral “Não!”, do grupo Ponto de Cultura Cidade Livre. O enredo, criado a partir de “Liberdade, liberdade”, de Millor Fernandes, trabalhou direitos sociais e suas violações, promovendo, entre os estudantes, a indagação: “se o Direito emana do povo, como debater e reivindicar as nossas maiores garantias?”

Confira nesta página as fotos e reportagem especial sobre palestra do professor Sérgio Shecaira na página 8.



Criminólogo discute proibição brasileira às drogas em palestra na UFG

O professor Sérgio Salomão Shecaira, titular de Direito Penal da Universidade de São Paulo (USP) e um dos criminólogos mais reconhecidos do país, ministrou uma palestra no dia 08 de maio, marcada às 19 horas, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFG, localizado na Praça Universitária. Ele teve o intuito de discutir as políticas atuais de combate às drogas, com todo o contexto histórico do proibicionismo, ao lado das professoras da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, Franciele Cardoso e Bartira Miranda. O professor também fez o lançamento do livro “Drogas, desafios contemporâneos” (editora D’Plácido), que organizou junto às duas companheiras da mesa.

A palestra teve início com fala da professora Franciele Cardoso. Ela destacou o massacre de milhares de jovens nas periferias. Segundo o Mapa da Violência de 2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a cada dia, morrem em média 154 pessoas, vítimas de homicídio no Brasil. A maioria delas é composta por jovens, negros e moradores de periferias.

Essa violência ocorre, de acordo com o palestrante Sérgio Shecaira, devido à política baseada no proibicionismo, ou seja, na proibição penal das drogas. O CNJ informa que cerca de 200 mil pesso-



Professor Shecaira conduzindo a palestra ao lado de Bartira Miranda e Franciele Cardoso, respectivamente. Foto: Lavinya Santos

as estão presas no país, sem haver uma melhoria na sensação de segurança ou sem levar a uma baixa nos índices de violência. Isso demonstra, conforme o professor, uma falência do sistema repressor proibicionista.

A revisão da política de drogas foi abordada no livro em 18 artigos em português e espanhol, a partir de pesquisas em 5 países (Bélgica, Brasil, Chile, Espanha e Portugal). Os textos são de autoria de 25 pesquisadores internacionais.

Comparações

O professor Shecaira disse nunca ter havido proibição de drogas em outros

grupos da antiguidade, como os incas, mas que existia o controle delas. Situação que contrasta ao que ocorre na realidade brasileira: “Aqui, elas são proibidas e isto causa o uso imoderado”. Para ele, melhor seria se houvesse regulamentação e ajuda de especialistas àqueles que são dependentes químicos.

Shecaira faz ainda uma comparação com países como a Espanha e a Holanda, onde são aplicadas políticas de semi-ilegalidade, ou seja, as substâncias podem ser consumidas legalmente, mas só podem ser fornecidas por meios fiscalizados pelo Governo. O professor afirma que as proibições são mascaradas por interesses comerciais, geopolíticos e geoeconômicos. Isso porque o tráfico contribui à economia mundial, de modo que, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2008, cerca de 352 bilhões de dólares do comércio de drogas foram absorvidos pelo sistema bancário do planeta.

Shecaira diz também que a proibição impede o avanço científico impossibilitando pesquisas sobre os psicoativos e seus benefícios à saúde, como o uso medicinal e terapêutico da maconha. Com relação a essa substância, foi liberada em janeiro de 2015 apenas a importação de canabidiol (substância ativa da cannabis que age contra doenças do sistema nervoso).

Âmbito universitário

Segundo Lucas Cardoso, estudante de Direito da UFG, tal discussão apresentada é importante no âmbito universitário, já que um aluno de Direito pode terminar o curso sem nunca ter estudado o assunto. “Muitos professores ainda possuem visão retrógrada em relação ao assunto, além de que o preconceito existe até mesmo por parte dos estudantes”, pontuou Lucas. Para aprender sobre a questão, o estudante teria de se matricular em matérias do eixo optativo, como Legislação Penal Extravagante.

Gabriel Zoccoli é graduando em Jornalismo (UFG)

TMKELY

ESTÁ NA HORA DE ACABAR COM A GUERRA ÀS DROGAS?



REPORTAGEM ESPECIAL

Corte ao programa Bolsa-Permanência afeta a permanência acadêmica dos estudantes indígenas e quilombolas em todo país

Alunos indígenas e quilombolas ingressantes das universidades federais brasileiras foram surpreendidos com a interrupção do oferecimento de novas bolsas do Programa Bolsa-Permanência, que ofertava auxílio no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) para custear gastos com a graduação e permanência desses estudantes.

A situação neste mês de junho é a mesma desde o início do semestre letivo: os ingressantes não conseguem se cadastrar no sistema do PBP, uma vez que este se encontra bloqueado para novas inscrições. Além disso, foi anunciado pelo Governo a oferta de apenas 800 novas bolsas em todo o país, número este bem inferior ao do ano passado e da quantidade de indígenas e quilombolas ingressantes nas universidades públicas.



Protesto de estudantes em Brasília. Foto: Guilherme Cavalli, CIMI

A medida, contudo, tem sido alvo de protestos por parte da comunidade indígena e quilombola, haja vista que o auxílio da Bolsa Permanência é determinante na conclusão da graduação por parte desses estudantes. Assim, o corte governamental proporciona grande número de desistências, acarretando sérios problemas na inclusão desses grupos dentro da Universidade.

Outrossim, os relatos dos estudantes são de que a maioria dos alunos contam com o auxílio temporário de familiares, servidores, amigos e da comunidade em geral, os quais têm proporcionado ajuda de custo para que esses alunos continuem seus estudos e não abandonem a Universidade.

O Folhetim XI de Maio conversou com uma das alunas ingressantes de origem indígena da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, Auzerina Duarte, que até agora não pôde se inscrever. “É necessário que abra o edital e até agora não abriu. Foi noticiado que para este ano terá uma limitação de apenas 800 bolsas para as federais de todo Brasil, pois os indígenas ingressantes tinham acesso à bolsa até 2017”, confirmou a estudante.

Quanto às dificuldades acadêmicas enfrentadas sem o auxílio, a aluna foi enfática ao destacar que a falta da bolsa afeta, por exemplo, o “acesso

aos materiais, como xerox, livros que a biblioteca não tem e os professores cobram”. Também há prejuízos no pagamento na emissão de certificados de alguns eventos, como palestras, problema este que, pelo menos, foi amenizado pela isenção de taxas de palestras oferecidas pelo Centro Acadêmico XI de Maio aos alunos costistas, conforme edital publicado pela entidade.

Perguntada se a Bolsa Permanência é importante para custear as despesas, a discente informou: “a Bolsa faz muita diferença, pois minha família não consegue me ajudar com estes custeios. Estou conseguindo me virar com os PDF que leio pelo celular, é o que me salva, além da Bolsa Alimentação no valor de R\$ 247,00 que compro café da manhã e me alimento quando o RU está fechado”.

Em nota à Folha de São Paulo, o MEC confirmou o anúncio das 800 bolsas e alegou que o período de ingresso no programa ocorre em janelas específicas. Até o fechamento desta edição (17/6), os alunos ingressantes continuam sem o benefício.

Laís Cruvinel é graduanda em Direito (UFG) e membro do Caxim e da Equipe Editorial

UTILIDADE - atendimentos psicológicos gratuitos e com valores sociais

Atendimentos psicológicos gratuitos são feitos pelas clínicas escolas das universidades. Na maioria delas, o atendimento é feito por alunos dos últimos períodos da faculdade de psicologia. Informe-se abaixo e, caso precise, não hesite em procurar atendimento. Há vagas para adultos, crianças e adolescentes. Nas clínicas escolas costuma ser necessário se cadastrar meses antes do atendimento, então fique atento.

Cuidar da saúde mental é tão importante quanto cuidar da saúde física.

Clínica Escola da PUC/GO (Cepsi)

Inscrições para triagem de atendimento no 2º semestre devem ser feitas presencialmente de 13 a 17 de agosto nos seguintes horários: 7-12h; 13-17h; 18-22h. As vagas, para adultos, adolescentes e crianças, são limitadas.

Rua 232, nº 128, 2º andar
(62) 3946-1198/1249

Clínica Escola da UFG

Inscrições presencialmente.
Rua 235 nº 575 Setor Leste Universitário
(62) 3209-6298

Centro de Psicologia Aplicada - UNIP

As inscrições serão feitas a partir de setembro para atendimento no ano que vem.
Rodovia BR 153 - (62) 3281-8581

Além dos atendimentos gratuitos, as clínicas abaixo oferecem valores sociais. Ligue para se informar, solicitando a opção do valor social.

Rede de Psicologia

Rua 36, nº 306, Setor Marista
3922-3204/98111-4882

Armazém de Dentro

R. 118, 303, St. Sul
(62) 3922-3902 / 98163-7514

Instituto de Atendimento Terapêutico (ITGT)

Rua 1128, nº 165, Setor Marista
(62) 3941-9798

Sociedade Goiana de Psicodrama (SOGEP)

R. 7-A, 165, St. Aeroporto
(62) 3941-9033

Instituto Goiano de Análise do Comportamento (IGAC)

Rua 24, 241 - St. Marista
(62) 3223-9896

Instituto Olhos da Alma Sã

Al. Paraná, 1203, Setor Jaó
(62) 3204 2565

Instituto Skinner

Rua 17-A, n. 1426, qd. 32-A, lt. 04 - St. Aeroporto
(62) 3609-0942

Direito para as pessoas, pessoas para o Direito

O primeiro sentimento que me ocorreu ao ver a possibilidade de escrever para o Folhetim foi o de incerteza. Algo pouco comum no curso de Direito. Na verdade é paradoxal perceber que há hesitação em escrever sobre o jurídico. Desde cedo aprendemos nesse curso que a conceituação, a predeterminação e as definições rígidas são o epicentro de nossa formação acadêmica. Tenho percebido que, com o decorrer do tempo, não estamos mais adaptados a pensar questões sobre “O que é o direito?”; “O que é justiça?”; “O que é sociedade?”; sem recorrermos às respostas prontas dos manuais de introdução.

Isso torna questionamentos como “De que forma o direito chega às pessoas que mais precisam?” algo mais complicado de ser respondido. O grande fato é que o nosso sistema normativo, em sua eficácia, não atinge as pessoas de forma unânime. Isso não é novidade desde a época da Revolução Francesa visto que a legalidade, em sua face de garantia formal, não foi capaz de sanar perpétua desigualdade no acesso a direitos – mesmo com a Declaração de 1789.

Quando nós do NAJUP escrevemos sobre os meios que permitem o direito assistir às pessoas que mais precisam, também escrevemos sobre os motivos que nos fazem estar nas aulas todos os dias, escrevemos sobre as razões pelas quais nos engajamos em projetos de pesquisa e extensão de nossa Universidade. Sendo assim, ao pensar social e historicamente, o desafio se torna maior e o ônus de fazer esse curso nos é

lembrado mais uma vez.

Responder à pergunta que foi feita anteriormente me parece algo complexo demais para ser esgotado apenas num artigo. Entretanto a Assessoria Jurídica Universitária Popular conseguiu me ilustrar algumas formas onde o Direito se afasta dessas pessoas. As que mais chamam a atenção são: a particular linguagem jurídica e o seu sistema autorreferente.

Acredito que seja sintomático ao estudante de Direito o estranhamento da linguagem adotada em sala de aula a partir de um determinado período. Termos comuns como “decadência”, “típico” e “agravo” têm outro significado no senso teórico do jurista. Outra coisa curiosa de se analisar é o distanciamento desse curso da interdisciplinaridade bradada pedagogicamente e da razoabilidade bradada doutrinariamente.

É só lembrar que na nossa atual progressão educacional, jurídica e administrativa é possível ver: professores fazendo votações para saber se devem esclarecer dúvidas em sala; alunos ameaçados a responder criminalmente em juízo e estudantes cogitando escrever ofícios para usar o banheiro da Universidade. Mas o que isso tem a ver com as pessoas que mais precisam?! É que talvez todos nós sofremos um afastamento do sentido real do jurídico.

As manifestações desse contexto às vezes são dadas genialmente pela literatura. Como Graciliano Ramos, em Vidas Secas, descrevendo a prisão injustificada de Fabiano enquanto este não possuía vocabulário suficiente para exprimir questionar o feito. E como Albert Camus em O Estrangeiro (Título original:

L'Étranger) afirmando que geralmente as sentenças são produzidas por homens que mudam de roupa de baixo e que são dadas em nome de uma noção tão imprecisa como o povo francês (ou alemão, ou chinês).

A realidade é que o NAJUP responde à pergunta feita num sentido dúplice. As pessoas precisam de direitos ao passo que o Direito precisa amplamente da participação dessas pessoas. É na perspectiva de Paulo Freire que compreendemos que os seres em desigualdade não devem ser expectadores, mas recriadores do nosso meio. Só estes são capazes de problematizar a realidade a ponto de abrir novos horizontes. Vale lembrar que autossuficiência é incompatível com o diálogo e ressalta o antagonismo entre manutenção e mudança das estruturas. Alguns consideram utópico, mas só através da incorporação, diálogo e ressignificação que deixaremos o saber estático e compreenderemos um sistema mais inclusivo, humanizador e reflexivo.

Matheus Manso é graduando em Direito pela UFG e membro do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP-GO)

www.fb.com/najup.pn



Bateria da Mafiosa visita escolas públicas em projeto de extensão

A Associação Acadêmica Atlética e Científica dos Estudantes de Direito da Universidade Federal de Goiás, a nossa querida Mafiosa, é uma instituição que visa inserir o estudante de Direito em atividades que possam promover a integração em áreas que estimulem a vivência fora do meio acadêmico. Fundada no final de 2007, a A.A.A.C.E.D. tem como principais objetivos: a promoção e participação em eventos esportivos em todo Brasil, sobretudo na região Centro-Oeste e especialmente em Goiás, o incentivo à prática esportiva através

de treinos semanais, incentivo cultural com as atividades da Bateria Mafiosa e realização de festas para os estudantes de Direito e público em geral.

A iniciativa criada para os treinos visa manter a integração entre os alunos de Direito dos diferentes períodos, turnos e cidades, além de estimular a promoção da saúde através da prática esportiva. Todos os alunos da FD são convidados a participar, da graduação ou pós-graduação. Os treinos ocorrem semanalmente no período noturno ou aos fins de semana, em locais gentilmente cedidos sob a forma de patrocínio, favor, ou, em alguns casos, o valor é

dividido entre os atletas. O ápice se dá na participação da Mafiosa no maior evento esportivo e cultural universitário do centro-oeste com outras atléticas da UFG, o Inter.

Juntamente com a parte esportiva, existe a Bateria Mafiosa. Grande marco da cultura universitária no Brasil, as charangas, ou baterias universitárias (BU's), são compostas por instrumentos de baterias de escolas de samba, em essência instrumentos de percussão, como surdos, tamborins, caixas, repiques e outros. Todos os alunos que cursam Direito na UFG são convidados a participar. As atividades da bateria consistem em ensaios semanais, apre-



Bateria da Mafiosa em visita a escola municipal de educação infantil

sentações em escolas e eventos e participações em competições com outras baterias universitárias, incluindo, principalmente, o já citado Inter.

Já possuíamos uma sala na Faculdade de Direito e, durante muito tempo, sonhávamos em ser um projeto de extensão, ampliando nossas atividades e nos abrindo para um maior contato com o público. Graças ao apoio das professoras Adriana Miranda e Bartira Santos o sonho se tornou realidade. A Mafiosa se tornou oficialmente um projeto de extensão no dia 15 de dezembro de 2017. O nosso projeto consiste em visitar escolas públicas, realizando uma apresentação da

Bateria Mafiosa e colocando os alunos do Direito para esclarecer dúvidas que os alunos da rede pública possam ter relacionadas ao acesso à universidade, à política de assistência estudantil, à política de cotas, ao curso de Direito, ao mercado de trabalho e a outros temas pertinentes. No caso de escolas de educação infantil, buscamos levar um primeiro contato com a música para as crianças, muitas vezes carentes dessa modalidade de arte.

No dia 4 de março de 2018, a Bateria Mafiosa levou um pouco de música aos alunos, professores e pais presentes no aniversário da Escola Municipal

Maria Cândida, na Vila Pedroso. Foi a primeira apresentação da Mafiosa em uma escola pública após a oficialização do projeto de extensão e já estamos nos organizando para nos apresentarmos em mais colégios públicos ao longo do semestre. Acreditamos que temos um projeto muito rico nas mãos e esperamos contribuir e contar com o apoio da comunidade acadêmica da UFG. Todos podem acompanhar nossas atividades por meio de nossas redes sociais no @mafiosaufg.

Guilherme França, Gabriel Zupelli e Sérgio Filho são graduandos em Direito (UFG) e membros da Mafiosa

ATUALIDADES

O assunto a seguir está repetitivo. É por isso que precisamos falar sobre ele.

Dizer-se de Esquerda hoje parece repugnante. Entender-se liberal, uma tolice. Considerar-se conservador, uma abominação. A imagem que se forma do outro depende de uma única palavra. Basta isso para fazer com se fechem os ouvidos para tudo o que um sujeito disser. Apesar de Direita e Esquerda serem palavras vagas, que cada um tem entendido do modo como lhe convém, meras conjecturas têm feito a população brasileira se dividir e partir para um caminho de “debates” entre iguais e isolamento dos diferentes.

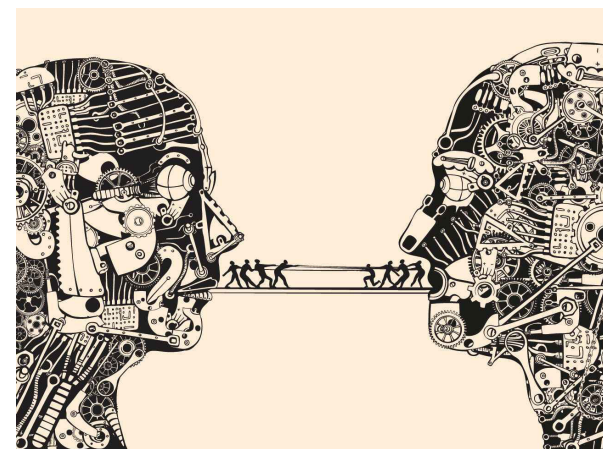
Por incrível que pareça, para entender melhor o momento em que se vive, propomos isto: NÃO tente ser um observador externo. Entenda-se como parte do caldeirão fervente, como cidadão de um país com problemas históricos que remontam às suas origens, como cidadão de um país que inegavelmente está agitado e cujos resultados desse borbulhar não são previsíveis. Olhe para você e perceba: consegue se colocar de um “lado” e contemplar todas as pessoas ao seu redor como favoráveis ou contrárias a você? A resposta tende a ser negativa. Pessoas normais convergem e divergem em pontos específicos, variáveis a depender do tema. Não é sensato criar um muro imaginário. Não há “os de lá” e “os de cá”. Existem pessoas, organismos complexos em si mesmos, inseridas em relações e relacionamentos entrecruzados que formam essa

Manifesto da Sensatez

esquisita entidade virtual chamada sociedade. Não há como pressupor o progresso do todo prescindindo de uma via, a do diálogo.

Pense, importa muito se seu governante é um profundo defensor do livre mercado ou se é um revolucionário convicto, e pasme, vez ou outra, os “caras” que você acha ridículos vão estar no poder. O que importa diante desse fato é a possibilidade de diálogo em que as ideias, independente de quais forem, sejam ouvidas e consideradas, ainda que não adotadas. Aqui, conservadores e progressistas precisam ter voz, porque a realidade é complexa demais pra ser vista apenas com um tipo de óculos (é isso que nossos conhecimentos e ideologias nos fornecem, lentes para ver o mundo). Talvez para uma decisão, em certo momento histórico e contexto cultural, os óculos de Foucault sejam mais razoáveis que os de Burke, enquanto em outros, os de Smith sejam melhores que os de Marx. Existem problemas que demandam soluções e existem arcabouços teóricos para serem usados – talvez aqui uma pitada de pragmatismo sobre todo o resto seja bastante salutar.

Se até mesmo no campo religioso, ambiente próprio dos dogmas, é possível discutir, tanto mais em economia e política, searas em que o consenso ocupa posição de destaque, apesar de certas leis se imporem. Por isso, sustentar a própria opinião e escutar com atenção a do outro (por mais ridícula que a considere), é uma das melhores atitudes que o brasileiro pode tomar



hoje, apesar de muitos insistentemente optarem pela negativa do diálogo.

Priorizar a discussão na atualidade não é relativizar verdades, como pode parecer para alguns. Trata-se de conceber que o caminho para alcançá-las só pode ser trilhado com a participação de todos e de cada um. Só se cuido, nesse processo, para não cair no contrassenso de defender a instalação de um regime que nos cale – sobre isso, opinamos sem pestanejar: militarismo não é uma opção. É válido lembrar que o debate insere-se em um campo com regras pré-estabelecidas, sendo que as mais importantes estão listadas em um texto muito falado, aparentemente pouco estimado, a Constituição da República Federativa do Brasil. Lembremo-nos também que, de salvadores da pátria, o inferno e o Facebook já estão saturados – não os coloquemos também no (des/co) mando do nosso país.

Yuri Gonçalves é graduando em Direito (UFG)

De onde nasce o medo? ou PM? PC? PF? Eu quero é segurança!

Não é novidade em qualquer conversa de botequim ou telejornais diários a discussão acerca da atuação da polícia no desempenho de sua função social. Muitas delas regadas a críticas em virtude de aparentes excessos aos direitos fundamentais dos indivíduos ou a sua ineficiência na elucidação de crimes. Assim como em jogos de futebol em que todos são técnicos, quando se fala em Segurança Pública,

todos são especialistas e sabem as soluções para diminuição da criminalidade.

O que poucos sabem é que este modelo ineficiente de segurança adotado no Brasil tem origem bem mais antiga que os velhos telefones sem internet ou o antigo regime militar que reprimiu tantos direitos sociais no país. As origens de nosso modelo de segurança remetem a França que adotou o modelo de duas polícias, sendo uma militarizada e outra civilista. A família real portuguesa aportou no Brasil trazendo além de Dona Carlota Joaquina o modelo de polícia francês consolidado aqui por meio da Polícia Militar, responsável pelo policiamento ostensivo, e Polícia Civil a qual cabe investigar crimes e o papel de polícia judiciária, ou seja, não há nenhuma novidade neste modelo “tupini-quim”. O que o Brasil inova é na forma de atuação das duas forças policiais, enquanto em outros países ambas exercem atividades ostensivas e investigativas, no Brasil há uma interdependência fazendo com que o trabalho de uma se inicie no final de outra.

Parece confuso? Muito confuso! Ambos os modelos causam conflitos institucionais em virtude de invasões recíprocas de competências. Na verdade, o que os gestores públicos ainda não entenderam é o fato de que segurança é um serviço que na visão da sociedade é uno e indivisível. O cidadão não tem qualquer interesse em saber qual força irá resolver seu problema, ele quer que seja oferecido este serviço com qualidade, permitindo que possa exercer sua cidadania com plenitude.

Para tanto, o modelo mais adequado para o exercício da atividade policial é o modelo civilista, o qual é adotado com sucesso em países democráticos há séculos como na Inglaterra. As críticas à atuação policial num contexto de desorganização, improvisos e falácias são merecidas, contudo, deve-se dar o “mérito” deste desastre a quem o merece, e o ganhador é... o Estado brasileiro. Isso mesmo! Tanto a administração pública federal, quanto a estadual são solidárias para a situação caótica que vivenciamos nos dias atuais, **não há qualquer plano integrado com outras áreas sociais que busquem mitigar a violência por meio da educação, geração de renda, estruturação física das cidades ou ressocialização**, o que há é sempre o mesmo discurso falacioso de força, de falência da legislação e outros tantos. Afinal, já que a culpa é minha, eu ponho em quem eu quiser.

Culpar o policial por todas as mazelas é um equívoco, uma vez que ele vive uma realidade de poucos investimentos, baixos salários (o Estado de Goiás paga o subsídio de R\$ 1.829,70) e efetivo insuficiente. O policial é a parte mais frágil de todo este sistema pernicioso, os riscos caem sobre seus ombros e o desgaste de suas ações recaem sobre suas instituições. Numa sociedade em que nas conversas de boteco se diz que “bandido bom é bandido morto”, uma mídia que sobrevive e incentiva o “sangue” que corre pela tela de TV e governos que adotam repetidamente discursos falaciosos acerca da solução de tão grave problema, o que resta mais uma vez é lutar com a mais poderosa de todas as armas, o Direito.

Marcos Valverde é graduando em Direito (UFG) e policial civil



Filipe Mesquita

Tio, tio, posso tirar uma foto com vc ?

São momentos como esse que fazem termos certeza que estamos no caminho certo..

Soldado morto em tiroteio no Rio em março se emocionava com o carinho das crianças na comunidade. Imagem: Reprodução/Facebook.

FAKE NEWS

Fake News e o ataque ao jornalismo como estratégia política

Termo já desgastado pelo uso memético em contextos dos mais diversos, as Fake News apresentam, dialeticamente, duas facetas. Embora pareçam mutuamente excludentes, elas se completam nessa “batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos”, como definiu o jornalista e pensador Clovis Rossi. De um lado, a produção de factoides. De outro, a deslegitimação do jornalismo.

A primeira definição da expressão não carece de tantas explicações. É a simples manipulação metódica de informações com o objetivo de atingir os mais primitivos instintos do receptor. Este, na ânsia de confirmar suas expectativas a respeito de um personagem ou de um grupo ou mesmo de municiar a detração dos seus desfeitos, toma como fatos situações absurdas. Atendendo, por sua vez, à expectativa do emissor da

notícia falsa: uma agenda política.

Porém, o segundo conceito é, talvez, mais perigoso ainda. Ele expõe a estratégia, não muito nova, de quem disputa pela hegemonia dos discursos. A premissa é simples: uma ferramenta efetiva no combate às Fake News é, sem dúvida, o trabalho jornalístico com técnica, apuração rigorosa e pluralismo. Portanto, no afã de tornar viável uma “terra arrasada” na qual os



argumentos mais falaciosos, emocionais e falsos prosperem, deve-se destruir o jornalismo.

Quem analisou de forma precisa um dos exemplos mais recentes (e bem-sucedidos) dessa estratégia foi o comediante John Oliver. Segundo ele, o presidente estadunidense Donald Trump usa três táticas quando interage com o público e a imprensa: deslegitimar a mídia, mudar o foco e provocar o interlocutor.

Foi durante sua campanha presidencial que Trump popularizou o uso indiscriminado do termo Fake News, atacando a mídia dominante ao taxá-la de inerentemente liberal. Sempre que pressionado por um repórter com perguntas difíceis ou comprometedoras, o empresário presi-

dente passa pelas três etapas. Primeiro, rotula o interlocutor de mentiroso e servo dos interesses dos seus inimigos. Depois, questiona se essa pergunta não deveria ser feita para um rival político (“E a Hillary? E a China?”).

Por último, provoca, irrita e humilha quem está do outro lado do microfone.

Como um Mister M da canalhice, ele e seus asseclas aprenderam a desviar a atenção dos espectadores para aplicar-lhes um truque de magia. Ao fim do espetáculo, ninguém mais se lembra do questionamento feito no início do embate. E, enquanto esses ilusionistas conduzem os olhos do público para outro canto da sala, tiram das cartolas as maiores perversidades imagináveis.

Mas Donald foi ainda mais longe. Reivindicando para si a autoria do termo Fake News, o que antes era tragédia, agora é farsa. No século passado, os nazistas já usavam a ex-

pressão para desacreditar qualquer coisa dita pela imprensa estrangeira que os contrariasse (“lügenpresse” ou imprensa mentirosa). Um século depois, a dita nova direita estadunidense desenterrou a palavra e apropriou-se dela.

Agora, como sempre acontece com as importações que demoram a chegar do norte ao Brasil (Hitler de esquerda, Terra plana, movimento antivacina etc), a “alt-right” daqui também tenta plantar essa retórica em solo tupiniquim. E, como em um passe de magia, a Rede Globo torna-se comunista, assim como a Folha de S. Paulo e até a Revista Veja. É a novilíngua da picaretagem. Terão sucesso aqui? Substituirão o jornalismo profissional pela pós-verdade do Whatsapp? Outubro de 2018 responderá.

Marco Faleiro é bacharel em Comunicação (UFG) e graduando em Direito (UFG)

CRÔNICAS e POESIAS

A liberdade do abandono



Descobri a literatura por inveja. Certa vez pensei sobre o quanto seria gratificante poder dizer ter lido centenas de obras de autores que todos conhecem e tantos admiram. Achei que já não poderia fazê-lo – havia perdido tempo demais me envolvendo com o que não se pode colocar numa lista de qualidades aos olhos de apreciadores da arte. Mas quando, por acaso, reabri pela segunda vez aquele da Jane Austen que tinha abandonado anos antes, estava determinada a acabá-lo – a qualquer custo. Assim o fiz. E na sequência me enveredei em Goethe, Alencar e Wilde.

O tempo passava depressa e as letras devagar. As obrigações me desestimulavam e o que fosse lento era logo abandonado. Era a doença daqueles que vivem por ler a última frase e verificar se o ponto final é realmente o derradeiro. Ainda carrego as sequelas dos que devoram sem pensar muito sobre o que estão fazendo. Mas não digo que um dia li sem referências, recheava-me delas. E por conta delas me permiti entrar em espaços únicos pelos quais me apaixonei vez ou outra.

Aconteceu certa feita que vi um vídeo. A leitora falava como se o livro a tivesse transformado por completo. Dizia que a escrita era poética e fluida. O ambiente efervescia arte e música. O amor que transparecia a

cada palavra transformava aquela história em também sua. Ao fim, o começo do livro para mim. Senti o mesmo e muito mais. E foi assim que conheci Patti Smith pela prosa e logo escutei Horses para senti-la em música. Deliciei-me com toda informação que poderia consumir sobre o ambiente em que ela vivia. E que momentos de indescritível deleite pude ter ao fazê-lo.

Revivi a vontade de sonhar alguns meses depois, quando conheci a Colômbia por pensamento. As flores e as cores de uma cidade que poderia ser Cartagena me invadiram os sonhos e as sensações táteis. A experiência do isolamento de uma família – e da América Latina – tiraram-me o chão nos dias em que pude experimentar a vida dos Buendía. Aquela foi a segunda vez que me apaixonei naquele ano. Mal sabia eu que não seria a última. A arte passou a ser refúgio, colo e cafuné. A sucessão de novas histórias foi o que me manteve ávida na tarefa de prosseguir dia a dia com as intempéries da vida.

Como disse, nunca senti medo do abandono – exceto daquele descrito pelas palavras de Ferrante. Deixava de lado livros por circunstâncias variadas. Ainda o faço. Deixei pelas metades Nabokov, Dostoiévski, Highsmith, Cervantes, Rodoreda, Woolf, Mann, Joyce e tantos outros. Ossos do ofício. O tempo que temos é muito escasso para perdê-lo com aquilo que não flui. É muito provável que eu volte a

ler Lolita para dizer que é um dos meus livros preferidos, assim como subir à Montanha me instiga desde que a abandonei na página 124. A insistência às vezes nos leva a contemplações de vistas de tirar o fôlego.

Mas vim aqui para falar do hábito. Aprendi a ler para viajar sem sair do lugar. E vivi a leitura como tantas vezes escovei os dentes com uma escova nova, que rígida no começo se amolecia com o tempo e tornava-se macia e imprescindível. Toda semana uma história diferente e minha vida é outra. E não mais reclamo da falta de tempo, quando sei que as redes sociais consomem ao menos duas horas de meus dias e que meu passatempo no transporte público era olhar pela janela. Uma hora por dia não é muito. Logo eu não pude mais deixar de tê-la reservada às letras. E se não tenho ninguém para falar sobre, abro o YouTube. Não minto: sinto falta do diálogo face a face que um grupo pode proporcionar. Quem sabe possamos juntos encaixar a ficção no mundo do Direito e dar outras cores a essa faculdade meio cinza, meio bege. Uma hipótese. Ou um convite: como quiser interpretar. A partir daqui o texto também é seu, assim como a Biblioteca de Babel que está por se construir.

Julia Dutra é graduanda em Direito (UFG) e membro do Caxim e da Equipe Editorial



Eu, com uma etiqueta comprada

Pesquisas recentes comprovam:
Vivemos em uma sociedade doente
Famílias tradicionais aprovam:
A perpetuação dessa anomia social
Indivíduos autômatos repetem:
O culto ao capital e o fetichismo das mercadorias
Propagandas persuasivas anunciam:
O melhor filme para assistir ao apocalipse do mundo
Os sujeitos críticos descrentes pulam:
Da janela do 8º andar
As manchetes dos jornais noticiam:
As mortes representam a perda dos valores
As lojas espertas anunciam:
Venha conhecer o seu valor sem compromisso por um preço que cabe no seu bolso
Então, pesquisas recentes comprovam:
Vivemos em uma sociedade doente

Juliana Peleja é graduanda em Direito (UFG)

Faculdade de coronéis

Era uma vez uma faculdade de coronéis, nela muito se falava em democracia e liderança compartilhada, em poder para o pobre, para as pessoas negras, indígenas, mulheres e lgbt's.

Uma faculdade P-L-U-R-A-L, cheia de coronéis muito bem intencionados. O ponto fraco é que são coronéis. DISFARÇADOS, é claro, até mesmo porque onde já se viu:

— Coronéis? Fora! Diz o coronel disfarçado de progressista, ou melhor, diz o coronel que jura-por-deus-e-por-todas-as-entidades que é progressista, afinal ali se respeita todas as religiões, e em verdade, suponho que ele realmente acredita em sua benevolência e muitos também, ou fingem que acreditam, tendo em vista que os vejo em rituais de endeusamento auto-centrado, nas belíssimas falas, muito democráticas, nas quais bonito é falar o que todo mundo fala e discordar não é bem visto, a não ser que seja feito com muita delicadeza, sem que ninguém perceba, afinal, ali estão todos em prol dos mais oprimidos pelo sistema.

Aproveito aqui para corrigir um pequeno equívoco meu, esqueci de frisar que os coronéis dessa faculdade não são quaisquer coronéis, são coronéis que compartilham seu poder com o povo, aquele povo: pobre, negro, indígena, mu-

lher e lgbt. Por isso mesmo que não posso deixar de enaltecer que esse compartilhamento é muito bom para todos, afinal: para coronéis, o poder e para o povo lhes resta as suas responsabilidades: as suas próprias e a dos coronéis, é claro. Lindo, não é? Assim todos ficam felizes, pelo menos os coronéis ficam, e convenhamos, em suas cabeças de senhores de escravos são apenas eles mesmos que importam.

Nesse sistema democrático, o qual dizem os coronéis que tanto lutaram e lutam para construir, o povo que corra atrás de tudo, do que, inclusive, é atribuição do coronel, que traga tudo pronto, afinal, é bom que esse povo esteja ali na faculdade, mas para servi-los, é claro.

Isso porque nesse latifúndio o poder troca muito bem de roupas, veste-se com novos looks, hoje está super desconstruído, quase uma drag queen, o problema é que nada mudou, a alta aristocracia é a mesma, o latifúndio é o mesmo e os coronéis também são os mesmos, mas muito bem intencionados, até mesmo porque ensaiaram tão bem que as vezes até acreditam que lutam por esse povo, o povo pobre, negro, indígena, mulher e lgbt.

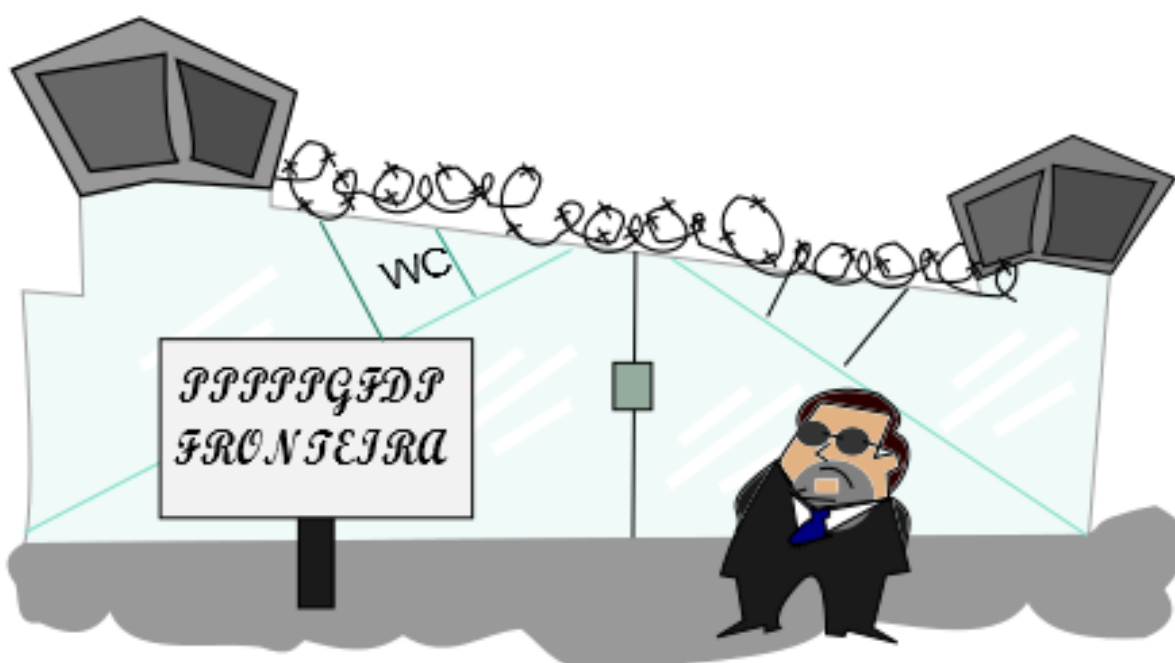
Preocupam-se tanto com os cotistas, porém tal intensidade de preocupação ainda não foi suficiente para que repensem seus métodos avaliativos, para que tentem sair um pouco de seu próprio mundo de coronéis - de escola particular, cursinho, viagem para o exterior nas férias, mamãe e papai buscando na porta da escola - e repensem as suas condutas em relação aos cotistas, ao acolhimento e à inclusão que dispensam a eles. Em realidade, são incapazes de perceber que o método avaliativo que a maioria dos cotistas foi acostumado a vida toda não é o contemplado nessa faculdade e que assim muito se limita a atuação dos cotistas na faculdade de coronéis.

Pensando melhor, os coronéis se preocupam tanto com os cotistas que ignoram seu potencial de ir além do lugar que sempre lhes foi reservado, para que continuem bem juntinhos deles, muito próximo, e assim continuem a ser servidos por eles, mantendo o poder que sempre detiveram, só que agora disfarçado e reconfigurado, afinal, não esqueçam, a faculdade de coronéis é a faculdade do povo e pelo povo, é a faculdade do compartilhamento do poder.

Lourival Souza (fictício) é graduando em Direito (UFG)

Charge/Quadrinho

José Filho é graduando em Direito (UFG)





HORÓSCOPO JURÍDICO

por Astrogildo Tralaça

Achou que não ia ter Horóscopo Jurídico nessa edição do Folhetim? Achou errado, caro leitor amante da sétima ciência. Voltei, e quem está voltando também é Saturno com seu mítico movimento retrógrado. Isso pode significar que algumas coisas que você julgou estarem aposentadas tornem a fazer da sua vida um inferno. Mas vamos ao que interessa!

ÁRIES

Marte vai sair do seu signo em breve e você vai sentir um alívio em seu impulso colérico, que pode se transformar numa leve apatia nos primeiros dias. Marte em Áries é como você no Inter, bebê, deu tudo de si e agora está sentindo ressaca e nostalgia.

TOURO

Você não contava com aquele entendimento minoritário na prova de Direito de Família, mas vai ter que superar e seguir em frente se quiser ter um fim de semestre tranquilo.

GÊMEOS

O sol está no seu signo, o que deixa você mais confiante. Mas não supervalorize aquele 7,1 na prova de Contratos que todo mundo foi mal para não ter surpresas...

CÂNCER

Você sente o conflito entre ter de arcar com as responsabilidades que assumiu no início do semestre e ter de comparecer em todos os arraiás da Universidade. A dica é dosar bem.

LEÃO

Você visitou o STF e sentou na primeira fila para aparecer na TV Justiça com seu terno novo. Pare um pouco de perguntar quando as férias vão chegar, porque já sabemos para onde você vai viajar.

VIRGEM

Você já começou a pensar na sua grade do semestre que vem, mas cuidado! Quem corre rápido demais pode começar a andar pra trás. Tire um dia para ficar na barraca do beijo.

LIBRA

Você foi bem na segunda fase da OAB e já está impetrando habeas corpus até em cadeia de festa junina. Agora que o stress passou não deixe de procurar um par para a quadrilha.

ESCORPIÃO

Pare de pensar quando é que vai rolar aquela turma extra de Hermenêutica.

SAGITÁRIO

Você está sabendo sobre seu semestre

tanto quanto sabe da seleção brasileira, isso mesmo, nada. Cuidado! Sua incapacidade em recusar convites pra os rolês pode custar caro a partir de agora.

CAPRICÓRNIO

Com Saturno domiciliado, você passou o dia dos namorados lembrando de todas as pessoas em quem já deu fora. Bom que um namoro não atrapalha seus estudos de fim de semestre.

AQUÁRIO

A disciplina de inverno de Empresarial III pode prejudicar suas viagens de férias. Programe-se e tudo dará certo.

PEIXES

Você se recusa a aparecer na faculdade, seus amigos não lembram mais do seu rosto. Tire um dia para ao menos ir pegar suas provas que até hoje estão com a representante de turma.

Astrogildo Tralaça (fictício) é astrólogo e graduando em Direito (UFG)

As principais frases da palestra sobre a Intervenção Federal no Salão Nobre

“

“Existe um princípio que não existe um regime democrático sem informação, sem transparência da informação. Seguimos até hoje sem saber o que acontece nas polícias federais.

Não há transparência na PF, na PRF e muito menos nas ações das forças armadas. É verdade que há coisas sigilosas, mas elas são exceção. A maior parte das informações deve ser de acesso público. Por que? Porque estamos no regime democrático, os recursos são públicos e temos direito de saber, o governo tem obrigação de informar”.

ANA PAULA MIRANDA

“

“Vocês são um país riquíssimo perto de nós, nós aqui temos pedra e petróleo, e petróleo vocês também têm. Somos vergonhosamente pobres perto de vocês, mas vocês são injustos”

(Balestreri citando um estudante na Noruega, país que ficou destruído ao final da 2ª Guerra Mundial e hoje tem um dos melhores IDH do planeta

“Essa é a mazela dos nossos governos. Não é pobreza que gera insegurança. Essa máxima está errada. A injustiça gera violência e gera insegurança.”

RICARDO BALESTRERI

“

“O que é intervenção? A supressão da rotina em favor da excepcionalidade, regime de exceção, da autoridade ao autoritarismo. Nós, no nosso cotidiano, com nossas moralidades,

nossas pequenas raivas se tornam discursos de ódio e intolerância. Cada um é autoridade. Viramos unidades autônomas de vingança e opressão”.

“A insegurança generalizada produz o discurso do terror.”

JACQUELINE MUNIZ

Intervenção Federal: teatralidade ou efetividade?

Na manhã do dia 19 de março iniciou-se a Semana Acadêmica da Faculdade de Direito (Semana do Calouro) contando com grandes nomes do cenário regional e nacional. Para abrir a Semana, a palestra “Intervenção Federal – Efetividade ou Teatralidade” rasgou o auditório com argumentos que, ao mesmo tempo em que desafiaram o senso comum, perpassaram por questões técnicas e políticas imprescindíveis ao debate da primeira Intervenção Federal decretada desde a promulgação da atual Constituição. Tratou-se de debate entre sumidades no campo da segurança pública

Perante um auditório cheio, que contou com veteranos, calouros, estudantes de outras faculdades e profissionais diversos, foram convidadas para a mesa as estudiosas Ana Paula Miranda e Jacqueline Muniz, ambas professoras de antropologia da Universidade Federal Fluminense - UFF – e, portanto, dotadas da vivência na realidade do Rio de Janeiro durante a intervenção federal, contando ainda com a mediação da professora e Diretora da nossa vetusta casa, Bartira Miranda.

A palestra já começou quebrando os protocolos regulares de uma conferência acadêmica. Logo após a apresentação dos palestrantes, foi feito pedido de um minuto de silêncio, proposto pelo Centro Acadêmico XI de Maio, em memória ao brutal assassinato da vereadora Marielle Franco. Se permitidas as palavras de indignação, um aberrante atentado

contra sua vida e contra a vigor da democracia brasileira, ao matar uma representante política em exercício de seu mandato.

Logo ao início da conferência, também foram lançadas palavras de in-

digação pela morte e respeito à memória de Marielle Franco pela professora Ana Paula, que dedicou a sua fala à parlamentar assassinada. A antropóloga fez questão de ressaltar alguns importantes pontos sobre os quais não se podem fazer esquecer quando queremos uma política de segurança pública democrática e que constrói cidadania. Dentre estes pontos, frisou a necessidade de transparência que deve perpassar a qualquer política pública no regime democrático, em especial, na segurança pública, em oposição a eventual tratamento da questão sob o crivo do policiamento e da repressão estatal.

Quase ao final fala da Ana Paula, o secretário de assuntos estratégicos do Estado de Goiás, Ricardo Balestreri, chegou, com atraso, devido a compromissos institucionais. Apesar de apresentar-se como um gestor no debate, não fez feio em demonstrar a bagagem teórica que carrega. Começou falando sobre algumas das perspectivas e desafios que podemos enfrentar no trato da segurança pública na realidade social brasileira, que aponta o secretário, é antes de tudo, uma realidade injusta!

Por último, porém não menos importante, a “estrela” da conferência, repetiu alguns dos apontamentos que já havia feito em rede nacional em vídeo que viralizou como uma das falas mais bem fundamentadas quanto à maneira que vem se dando a intervenção fe-



Ricardo Balestreri, Ana Paula Miranda, Bartira Miranda e Jacqueline Muniz

deral. Jacqueline Muniz, com respeitável oratória e eloquência, ressaltava em fortes palavras que não havia inconstitucionalidade iminente ao ato em si da intervenção federal, mas que esta deve ser criticada e denunciada pela flagrante irregularidade em como esta sendo feita.

Recorrendo a variados argumentos técnicos da área da segurança pública, anotou com destreza a incapacidade que uma intervenção “com tanques do exército na praia” tem de garantir a segurança pública da Cidade Maravilhosa. Com isso, evidenciou ainda o caráter de teatralidade, previamente arquitetado pelos bastidores do governo do Rio. Governo que recorreu à ajuda política do governo federal para escapar à iminente responsabilização de um Termo de Ajustamento de Conduta que estava para vencer dias antes da decretação da Intervenção. Explicou, ainda, que intervenção serviu como desvio desta responsabilização por improbidade administrativa que poderia, nas palavras de Jacqueline, levar a merecido “xilindró” aos responsáveis pelo feito.

Em meio aos argumentos técnicos e de alto nível teórico, com várias demonstrações de problemas práticos, não foram esquecidos em momento algum a responsabilidade que nos cabe de denunciar os absurdos que passam pelo evento da morte da vereadora Marielle Franco. E, neste momento final, peço licença ao leitor para uma recorrente, porém não vazia, palavra de ordem que carrega os sentimentos deste autor:

MARIELLE FRANCO, PRESENTE!

Lucas Cardoso é graduando em Direito (UFG) e membro do Caxim



Segundo Jacqueline Muniz, Intervenção Federal no Rio expôs síndrome dos pequenos poderes, que vitimou a vereadora Marielle Franco e que poderia vitimar qualquer um de nós.